

SALAS DE AULA MORAIS: O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS COMO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Maíra de Oliveira Freitas¹
Luís Paulo Cruz Borges²
Viviane Gonçalves Rosalem³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do relato de experiência sobre a importância da interação e da relação entre as crianças em sala de aula para o desenvolvimento do aprendizado, respeitando as diferenças, as capacidades e a personalidade. As atividades foram realizadas numa turma do 1º Ano do Ensino Fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp- UERJ), localizado no bairro Rio Comprido, Rio de Janeiro, e estão inseridas no âmbito do Projeto de Iniciação à Docência (ID) “Salas de aula morais: aprendendo e crescendo com os conflitos na escola”.

Tal projeto considera a escola como espaço de socialização e tem por objetivo permitir que as crianças possam se autocompreender e entender a subjetividade do outro em suas relações diárias. Pensado como importante possibilidade de diálogo, debate, e espaço de formação para os estudantes da UERJ, o Programa de Iniciação à Docência compreende o conjunto de atividades ligadas a projetos que buscam estimular o desenvolvimento e a utilização de metodologias inovadoras, tendo como objetivo central contribuir para a qualidade da educação básica. No caso do CAp-UERJ, um Instituto de Aplicação, que contempla o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, também proporciona a inserção do estudante de graduação na educação básica, uma vez que o Instituto possui campo de estágio para as Licenciaturas.

Nesse contexto, o projeto em questão aborda temas imprescindíveis ao ambiente escolar como tolerância, respeito, justiça, liberdade, cooperação e cidadania, dentre outros, como forma de fomentar uma reflexão crítica sobre a sociedade e a reconstrução permanente da identidade pessoal e profissional. Vai ao encontro de uma perspectiva que ensine a ler o mundo, a partir e com uma pluralidade de sujeitos que dela fazem parte (Freire, 1988).

Todos os indivíduos, independente das possibilidades que apresentem, sejam alguns mais lentos ou rápidos; mais dispersos ou atentos; mais criativos ou intuitivos; mais agitados ou tranquilos; com necessidades educativas especiais ou não; oriundos de classes sociais mais baixas ou mais altas; com maior ou menor participação dos pais na educação, têm o direito de aprender e ter as mesmas oportunidades, e devem ser tratados com respeito às suas diferenças, ao seu desenvolvimento, ao seu tempo. Não somos iguais e sabemos que o processo da aprendizagem acontece de maneira distinta para cada indivíduo. Os estudantes, também sujeitos diversos, nem sempre têm os mesmos interesses, habilidades e histórias de vida. E se cada criança tem um potencial a ser desenvolvido e utilizado, percebemos que é preciso estimular as diferentes possibilidades existentes no ambiente escolar, promover ações que facilitem o desenvolvimento e a valorizem tais competências, e criar contextos educacionais para que todos possam aprender.

¹ Professora Assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), freitasmaira@yahoo.com.br

² Professor Assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), borgesluispaulo@yahoo.com.br

³ Bolsista do projeto de Iniciação à Docência do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), viviqr@hotmail.com

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Os processos metodológicos consistiram na observação, em que produzimos informações sobre a ação pedagógica cotidiana, e na pesquisa-ação, baseada na autorreflexão, sobretudo, a coletiva. Dessa forma, trabalhamos a partir da ideia de ação-reflexão-ação para, assim, produzirmos conhecimentos na e sobre a prática. Diariamente, após o final da aula, professora e bolsista debatem sobre as propostas do projeto e elaboram um diário de campo como forma de registro das atividades, escrita e imagens.

Através das observações realizadas diariamente tendo como base o cotidiano da sala de aula, verificamos que as diferenças encontradas nos alunos devem ser transformadas em potencialidades e não dificuldades. Ideias, experiências e narrativas devem ser valorizadas, ouvidas e tematizadas coletivamente.

Assim, levando em consideração também as demandas apresentadas pelas crianças, buscamos pensar em atividades que colaborem para o pensamento crítico, estimulando o diálogo e compreendendo, sobretudo, o conflito como possibilidade de aprendizado.

DESENVOLVIMENTO

Vygotsky (1994), ao destacar a importância das interações sociais, traz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. A criança já nasce num mundo social e, desde o nascimento, vai formando uma visão desse mundo através da interação com adultos ou crianças. Nesse aspecto, se aproxima de Piaget ao valorizar o papel da interação e das relações sociais dentro e fora da escola.

De Vries&Zan (1998) cita Piaget, inclusive, para explicar que as interações entre os sujeitos são cruciais para a construção dos sentimentos sociais e morais, valores e competência social e intelectual das crianças. Ressalta que tais relações em sala de aula facilitam o desenvolvimento social, moral e intelectual por se caracterizam por uma igualdade que jamais pode ser alcançada nas relações adulto-criança e, ao se verem como semelhantes, as crianças se interessam pelo outro e interagem entre si. “No curso da interação com os colegas, as crianças constroem a consciência e a diferenciação de si mesmas e dos outros, esquemas de reação social e cooperação no pensamento e ação” (De Vries&Zan, 1998, p.61).

Considerando os pressupostos trazidos pelos autores, estimulamos momentos onde as crianças possam se ouvir, interagir, e cooperar. Tomamos como exemplo as rodas literárias, em que cada um apresenta e resume a história lida no livro escolhido, e as rodas de conversa, onde são discutidos assuntos do cotidiano e de interesse da turma. Mediadas pela professora e organizadas em círculos dentro do espaço físico da sala de aula, permitem que os estudantes “ganhem voz” para se expressarem, para compartilharem suas vivências e aspectos de sua cultura, do meio onde vivem e com quem vivem. Eles aprendem a respeitar e ouvir o outro, a se manifestar sem atropelos, a construir conhecimentos e pensamentos críticos. Opinam, discordam, ampliam olhares e saberes sobre temas variados, trazidos não só pela educadora, como por eles próprios. Além da participação através de conversas, também estimulamos as crianças a registrarem seus sentimentos, seja através da escrita ou ainda a partir de desenhos. Com isso, a participação de todos é evidenciada, como afirma Madalena Freire (1999, p. 44) “é imperioso que as crianças percebam, de um lado, a importância de cada uma, individualmente, na construção do grupo e, de outro, a importância do grupo para o seu próprio crescimento”.

O mesmo acontece durante as oficinas de jogos matemáticos em sala de aula, onde são realizadas atividades práticas por grupos de três ou quatro estudantes de turmas diferentes: as crianças passam a se conhecer, se organizam entre si, tiram dúvidas, dividem opiniões e estratégias, ensinam uns aos outros, se ajudam, são responsáveis por resolver problemas que

possam vir a surgir, sob o olhar atento e da professora e bolsista, que costumam fazer acompanhamento próximo e contínuo. Notamos que a sensação de pertencimento fica evidente quando a criança é compreendida, incluída e aceita, seja pelas professoras, pelo colega ou pelo grupo do qual faz parte.

Percebemos então que as diferenças e dificuldades são superadas em prol do aprendizado coletivo. E as dinâmicas pedagógicas acabam favorecendo a discussão participativa, desenvolvem também a segurança dos estudantes, melhoram a concentração das crianças, minimizam conflitos, auxiliam na visualização e escuta de todos.

De La Taille (2010) acredita que autonomia pode ser incorporada à personalidade da criança por meio da cooperação, mas não no sentido de ajuda e sim como co-operação, ou seja, na operação em conjunto. Ele afirma que, a prática da cooperação, além de ser imprescindível para a construção da autonomia intelectual, também o é para a conquista da autonomia moral. Através da cooperação, a criança aprende a organizar seus argumentos, a escutar e compreender os das outras pessoas e experimenta um tipo de interação social baseado na igualdade entre os coparticipantes. E o que talvez seja o mais importante, ao estabelecer acordos com seus pares, a criança envolve toda a sua personalidade na construção de regras e no respeito por elas. Ele afirma que “a autonomia é uma moral da reciprocidade: as pessoas podem ter perspectivas diferentes, valores e regras particulares, mas são capazes de situar suas diferenças num todo maior, onde dialoguem e convivem” (De La Taille, 2010, p.110). Também destaca o respeito mútuo, aquele que equilibra a balança, na qual as pessoas devem agir de forma a merecer o respeito do outro, e exigir do outro a mesma coisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em atividades e dinâmicas coletivas realizadas em sala de aula, assim como em trabalhos desenvolvidos em grupos, as crianças aprendem a tomar iniciativa, a compartilhar o conhecimento, a respeitar e prestar atenção no outro, ajudando-o em tarefas coletivas e contribuindo para o seu desempenho escolar, sem se colocarem em níveis superiores ou apontarem diferenças que possam existir entre eles. Isso possibilita que as crianças participem ativamente da construção do seu próprio conhecimento, assumindo suas particularidades e se sentindo respeitados e acolhidos no ambiente escolar. Também promove o aprendizado, abre espaço para o diálogo entre todos os estudantes e possibilita a abertura à alteridade e inclusão dentro e fora da escola.

Como resultados parciais apresentamos: (1) os estudantes estão mais independentes em relação à resolução dos próprios conflitos. Ainda solicitam com frequência o auxílio de adultos, mas, sempre que possível, buscamos estimulá-los a refletir sobre as possibilidades de abordagem e resolução; (2) os estudantes ainda se desentendem, o que é esperado para a faixa etária, mas já procuram estabelecer o diálogo como estratégia; (3) os estudantes estão começando a compreender os limites e as possibilidades de suas próprias ações.

Diante do que foi apresentado até então, indicamos duas abordagens de análises: i) que o diálogo deve ser entendido como uma prática pedagógica sensível à realidade escolar; ii) que a construção de um debate que envolva autonomia, moral e ética perpassa por uma reflexão em que a criança deve ser considerada como sujeito ativo no processo de dialogicidade e reflexão sobre o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos mostra o papel do diálogo e a importância do reconhecimento das habilidades dos alunos para o alcance de uma aprendizagem significativa. Fortalece o princípio

de que o uso de métodos e momentos diversificados como prática pedagógica é indispensável para que as diferentes formas de compreensão dos estudantes sejam alcançadas.

Compreendemos também que o Programa de Iniciação à Docência é de extrema relevância na formação continuada dos professores e da bolsista, aluna de graduação de Pedagogia na UERJ, pela experiência que possibilita a todos os envolvidos de estarem em sala de aula vivenciando momentos e situações, em um ambiente crítico, onde a prática docente é (re)construída diariamente.

Vale lembrar que, nas unidades acadêmicas, como o CAp-UERJ, a bolsista integra projetos aplicados às questões que envolvam a construção do conhecimento, o processo ensino aprendizagem e a criação e integração de recursos metodológicos nas mais variadas áreas do conhecimento. Sob a coordenação e supervisão dos docentes lotados na unidade, mais do que ampliar o campo usual de aplicação de seus conhecimentos, a bolsista tem a oportunidade e possibilidade de efetivamente tomar parte na construção e produção de novos saberes, além de se constituir como elemento multiplicador de saberes construídos em âmbito da Universidade contribuindo, sobremaneira, à formação docente.

Concluimos afirmando que, para exercer a função social proposta, a escola precisa possibilitar o cultivo de bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos estudantes, pais, membros da comunidade e professores, onde todos aprendem a respeitar e ser respeitados, ouvir e ser ouvidos, reivindicar direitos e cumprir obrigações, participando da vida científica, cultural social e política de suas comunidades. Assim, compreendemos que a instituição escolar tem o compromisso de “garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores” (PCN, 1997, p. 100).

Palavras-chave: Aprendizagem, Interação, Autonomia, Escola, Iniciação à Docência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF. 1997.

DE VRIES, Rheta.; ZAN, Betty. **A Ética na Educação Infantil – O ambiente sócio-moral na escola.** Artmed editora, Porto Alegre: 1998.

FREIRE, Madalena. **A Paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

TAILLE, Yves De La. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Artmed, Porto Alegre, 2006.

VYGOTSKY, Lev. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.